



ACTA Nº15
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE BORBA
REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2011

----- Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, nesta Cidade de Borba, no Salão Nobre dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período Antes da Ordem do dia

PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº14 da Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2011.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Apreciação do pedido de suspensão de mandato na Assembleia Municipal de Borba, da 2ª Secretária Ondina Maria Ganito Giga.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Documentos Previsionais

a) Orçamento para o ano de 2012



b) Grandes Opções do plano para o ano de 2012

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Aprovação de Mapa de Pessoal para o ano de 2012.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de 5ª Revisão do Orçamento da Despesa, e 4ª Revisão ao Orçamento da Receita.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldade de Tesouraria no ano de 2012.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Remessa de Projecto de Regulamento de Atribuição de subsídios e apoios às Associações/Colectividades sem fins lucrativos do Município de Borba.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente acta: ----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Benjamim António Ferreira Espiguiinha, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Augusto Manuel Bilro Guégues, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, Sérgio João Pécurto Gazimba, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes; Luís Miguel Rodrigues Rato, Ondina Maria Ganito Giga, Manuel Filipe Liliu Prates, Roberto Carlos Vagante Ganito, António José Lopes Anselmo, João Paulo Neutel Cabaço, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----



Verificou-se a ausência dos membros: Celso Miguel Lopes Ramalho, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pelo Senhor Roberto Carlos Vagante Ganito. Amélia da Conceição da Silveira Bilro que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.2**) e foi substituído pelo Senhor João Paulo Neutel Cabaço. Maria João Barroso Lopes Cavaco, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc nº.3**) e foi substituída por Luís Manuel Rodrigues Rato-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu que se procedesse à tomada de posse do membro João Paulo Neutel Cabaço e do Senhor Vereador Hugo Alexandre Godinho Mendanha. -----

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente

----- **A 2ª Secretária da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que nada de relevante havia a assinalar, excepto o seu pedido de suspensão de mandato, que seria apreciado e discutido no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, no entanto, e como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que posteriormente seria distribuído o documento de pedido de suspensão de mandato da 2ª Secretária da mesa da Assembleia, Ondina Maria Ganito Giga. -----

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém desejava intervir. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** cumprimentou todos os presentes e informou que os eleitos da CDU tinham duas Moções para apresentar com assuntos diferentes. Propôs à mesa que fosse apresentada e discutida uma de cada vez. -----

De seguida leu a 1ª Moção, referente à situação do estado da Saúde Pública no país. -----

MOÇÃO -----

A Constituição da República Portuguesa consagra a existência de um Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito. No entanto, as famílias portuguesas já gastam, hoje, em saúde (para



além do que pagam com os seus impostos) mais de 30% da despesa total familiar, o que nos transforma nos maiores pagadores deste bem essencial, na Europa. -----

Esta grave situação está a desacreditar o Serviço Nacional de Saúde, a torná-lo menos acessível à grande maioria dos portugueses e a preparar, estrategicamente, o caminho para a sua privatização.

Está já anunciado pelo governo o aumento das taxas moderadoras para o dobro, os medicamentos aumentam diariamente de preço, o governo mantém o corte no apoio ao transporte de doentes, são encerrados serviços e extensões de Saúde e diminui o número de SAPs em actividade. A tudo isto junta-se a falta de pessoal (nomeadamente médicos e enfermeiros) em inúmeras extensões de saúde no distrito, criando enormes dificuldades para aqueles que mais precisam destes serviços.

As famílias portuguesas, já fragilizadas por todas as outras medidas de austeridade, são, cada vez mais, incapazes de dar resposta aos ataques na área da Saúde. Por isso, é urgente reagir e protestar. -----

Face a toda esta situação, a Assembleia Municipal de Borba, reunida em sessão ordinária a 30 de Dezembro de 2011, delibera: -----

1. Rejeitar os aumentos das taxas moderadoras, assim como outros aumentos na área da saúde, os quais vão contribuir para a destruição do Serviço Nacional de Saúde e retirarão ainda mais qualidade de vida às populações. -----
2. Exigir do Governo que sejam disponibilizadas mais verbas para contratar profissionais de saúde, para que sejam assegurados médicos e enfermeiros a todos os portugueses. -----
3. Exigir que volte a ser disponibilizado o transporte a doentes não urgentes às consultas, exames auxiliares e tratamentos, assegurando assim a qualidade de vida a todos os cidadãos . -----
4. Enviar esta Moção à ARS Alentejo, aos Grupos Parlamentares, 1.º Ministro, Presidência da República e Comunicação Social. -----

Borba, 30 de Dezembro de 2011 -----
Os Eleitos-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que a Moção se encontrava em discussão. -----



Não havendo inscrições passou-se à votação da Moção, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 4 abstenções. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** informou que a Moção que iria apresentar, em seguida, se referia à proposta de alterações ao Poder Local Democrático por parte do governo. -----

EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO. -----

- Considerando as propostas que constam do "Documento Verde da Reforma da Administração Local", as quais, a serem implementadas, configuram uma séria condenação do Poder Local democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa; -----

- Considerando que, com esta "reforma", o que se pretende é minorizar o poder local e a expressão democrática de representação e a participação política, atingindo, pela extinção de Freguesias e pelo processo de asfixia financeira, a liquidação de dezenas de Municípios; -----

- Considerando que a chamada "reorganização administrativa" destinada à "liquidação" (disfarçada de agregação no "Livro Verde") de quase duas mil Freguesias, constitui um deliberado factor de empobrecimento da dimensão democrática e participada do poder local e do valor que representa a alargada intervenção dos cidadãos na gestão da vida pública; -----

- Considerando o sentimento legítimo partilhado por eleitos locais e pelas populações que defendem a estrita observância da Constituição da República Portuguesa, no que respeita à organização democrática do Estado, particularmente no que diz respeito às autarquias locais; -----

- Considerando as conclusões do XIII Congresso Nacional a ANAFRE, realizado nos dias 2 e 3 de Dezembro passados, com cerca de 1.300 delegados; -----

A Assembleia Municipal de Borba, reunida em sessão ordinária em 30 de Dezembro de 2011, delibera: -----

1. Rejeitar, claramente, a reforma da Administração Local, proposta no "Documento Verde", por esta não preconizar um modelo adequado à realidade social portuguesa nem garantir ganhos de eficácia e eficiência para o Poder Local, nem respeitar a vontade das populações; -----

2. Exigir que os Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal por inerência, possam continuar a participar em todas as votações deste órgão, como membros de pleno direito; -----



3. Manifestar a inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias locais, atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego, pela ameaça da extinção de centenas de Freguesias. -----

4. Exigir que uma possível reforma administrativa tenha em consideração a obrigação constitucional de criação das Regiões Administrativas; -----

5. Enviar esta moção ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias, assim como à comunicação social. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a Moção à discussão -----

----- **O deputado Carlos Cabral** solicitou uma cópia da Moção aprovada. -----

De seguida cumprimentou todos os presentes e começou por afirmar que aprovava a moção, mas que, como já várias vezes tinha ali afirmado, era adepto de uma reforma profunda da organização administrativa do país. Acrescentou que todas as reformas deveriam ser feitas de acordo com os interesses das populações e não poderiam ser feitas sem estudos aprofundados sobre aquelas questões. -----

Referiu que a Reforma Administrativa que estava prevista, se poderia chamar de compasso e esquadra. Disse que era completamente contra aquela reforma. Referiu que a história de um país era aquilo que o representava e o projectava para o futuro, e que, sem história, não haveria futuro. ---

Referiu que o que lhe causava uma certa impressão, naquela situação em Portugal, era a soma sistemática de propostas sem existir entre elas uma ligação. Afirmou que se atiravam para a frente, sistematicamente, reformas, sem que tivessem ligação umas com as outras. -Realçou que era adepto, e que o país precisava, de uma reforma administrativa do poder local, principalmente de reuniões de interesse, como tinha defendido ao longo daqueles últimos 12 ou 16 nos em que tinha assento naquela Assembleia Municipal. -----

----- **O deputado António Anselmo** cumprimentou todos os presentes e de seguida disse que, em termos básicos, o que tinha sido apresentado ali era correcto. De seguida referiu a sua experiência autárquica, salientando que era difícil manter um bom trabalho junto das populações



com os meios que eram disponibilizados às mesmas. -----

Disse que o que estava mencionado na moção estava correcto, só que ninguém poderia ser detentor da verdade. Era necessário fazer-se alguma coisa pelos outros (populações), -----

Referiu que a Junta de Freguesia da Matriz era a maior Junta do Concelho de Borba e explicou o seu funcionamento ao nível de atendimento aos munícipes. -----

Perguntou o que era a ANAFRE. Uma meia dúzia de pessoas que ganhavam muito bem e nada faziam em prol das populações? Afirmou que as Freguesias eram muito importantes, ao contrário do que se pensava muitas vezes, aquando das eleições. Disse que o incomodava a forma como muitas vezes as freguesias eram usadas. Salientou que as pessoas que representavam as freguesias faziam o que lhes era possível, com calma e paciência, acrescentando que, em termos básicos, uma freguesia só poderia fazer alguma coisa quando tinha meios para o fazer. Salientou que deveria existir equilíbrio entre o dinheiro de que a Junta de Freguesia dispusesse e a execução do serviço. -----

Referiu que as Associações Nacionais (ANAFRE) eram uma "treta" muito grande. Tinham muito pouca coragem e vontade de fazer alguma coisa, queria era mandar nas pessoas. -----

Disse que não era com conversas de "treta", nem com moções, as quais ele respeitava, que os assuntos das populações se resolviam. -----

Referiu que concordava com a moção, mas que aquela era uma situação muito complicada. Acrescentou que não deveria existir aproveitamento político da "desgraça" dos outros. -----

----- **O deputado Nelson Gato** cumprimentou todos os presentes e disse que, relativamente àquele assunto, todos deveriam saber a opinião do PSD acerca da reforma administrativa do poder local. Referiu que a situação do país impunha que se mudasse alguma coisa e que aquela mudança era consequência de um acordo, assinado anteriormente, entre o governo português e a Troika, e que uma das medidas que estava prevista era a extinção e a fusão de autarquias e de freguesias. -----
Relativamente ao Documento Verde disse que os eleitos do PSD entendiam que aquele documento era uma base de trabalho para o que seria o documento final. Disse que aquela base de trabalho seria tanto melhor quanto maior fosse a discussão. Referiu que aquele documento de trabalho



deveria suscitar opiniões, debates e propostas. Salientou que aquele documento mencionava que as Assembleias Municipais e os órgãos locais de freguesia eram os locais indicados onde se poderiam fazer aquelas discussões. -----

Disse que a apresentação de moções antes de se ter um conhecimento mais aprofundado da questão não seria a melhor opção. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** cumprimentou todos os presentes e disse que iria votar a favor daquela moção. Informou que tinha sido o único presidente de Junta de Freguesia, do concelho de Borba, que tinha tido a possibilidade de assistir ao congresso da ANAFRE. Realçou que, por mais que se lutasse, nada se iria conseguir, porque eles tinham a “faca e o “queijo” na mão. Afirmou que se pensassem em acabar com algumas freguesias, acabavam mesmo. Frisou que algumas Freguesias iriam acabar.-----

Disse que não tinha gostado da atitude manifestada no Congresso da ANAFRE, quando tinham virado as costas ao Senhor Ministro. Tinha entendido aquela atitude como uma falta de respeito, de democracia. -----

Realçou que se tinha que ouvir, que lutar, mas não desrespeitarem-se uns aos outros. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que não pretendia alongar aquela discussão pois o sentido de voto daquela Assembleia Municipal estava mais ou menos desenhado. Contudo estava um pouco incomodada, politicamente, mas democraticamente teria que aceitar todas as opiniões. Acrescentou que a incomodava um pouco, politicamente, ouvir algumas intervenções fatalistas, tais como: “se eles querem fazer, eles estão no governo”, como tinha dito o deputado Edgar, “Isto vai mesmo acontecer”. Referiu que tal situação não deveria acontecer sem que os órgãos representativos do Poder Local deixassem bem claras as suas opiniões. -----

No que dizia respeito às Juntas de Freguesias não terem meios suficientes para dar resposta às populações, aquela era uma situação contra a qual os eleitos das freguesias se deveriam bater, não só os eleitos da Assembleia Municipal, os quais representavam o órgão máximo de representação Municipal. Disse que os eleitos das freguesias se deveriam “revoltar” com os meios que tivessem ao seu dispor, pois não seria extinguindo as freguesias que a falta de meios se resolveria. Acrescentou



que, daquela forma, qualquer dia, se estaria ali a discutir, não a chamada “agregação” das freguesias, mas sim a agregação dos municípios. -----

Salientou que uma outra questão que a preocupava era a forma como o deputado Nelson Gato tinha apresentado aquele assunto, como um documento em debate, o que deveria ser o contrário do que o Senhor Ministro Miguel Relvas tinha anunciado. Para ele as reformas eram para seguir em frente, **“dissessem o que quisessem e fizessem o que entendessem”**, mas tudo aquilo seguiria em frente. Segundo ele, aqueles compromissos já vinham do governo anterior. Os compromissos estavam assumidos e não havia meios para ter tudo, por isso se iria ter menos, mas melhor. O que não era verdade. Porque reduzia a participação democrática, reduzia a democracia no poder local, que tinha sido uma conquista que todos conheciam e alguns viviam desde o 25 de Abril. -----

Afirmou que aquela proposta preocupava muito os eleitos da CDU e que tinham todas as razões para estarem contra aquela proposta, a qual não era uma proposta de reforma, mas sim, uma reforma já anunciada. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que não podia estar mais de acordo com a intervenção que a deputada Filipa Almeida tinha acabado de fazer. Referiu não saber se os senhores deputados já tinham tido a oportunidade de ler aquele **“Livro Verde”**. Afirmou que a primeira vez que tinha lido o chamado “Livro Verde”, tinha sido à noite, coisa que não aconselhava a ninguém, pois não era um bom livro de cabeceira. -----

Referiu que a frase que estava por baixo do título daquele documento que o governo definia como **“Documento Verde”, da Reforma da Administração Local**, e no qual depois Escrevia **“Uma reforma de gestão, uma reforma de território, uma reforma política”**, de facto era complementada com a parte final, na página 7, o que ele entendia ser um parágrafo extremamente interessante, em que se assumia que aquilo não era uma proposta, era uma reforma em curso. De seguida mencionou a frase com que terminava a proposta. **“ Também aqui não iremos falhar”**. -----

Referiu que as Juntas de Freguesia eram, dos órgãos autárquicos, os que mais perto estavam do povo. -----

Aconselhou que lessem o “Livro Verde”, mas que o não fizessem à noite, pois poderia ter contra



indicações para um a noite descansada. -----

----- **O deputado Augusto Guégués** cumprimentou todos os presentes e de seguida disse que via alguns aspectos positivos na proposta. Referiu que eram todos muito conservadores e que, mais uma vez, ali estavam a defender, de uma forma “cega”, a sua posição. Disse que o poder local era uma conquista, um poste central, extremamente importante na revolução e naquilo que tinha decorrido. Salientou que o que se exigia do poder local, naquele momento, eram coisas completamente diferentes daquilo que se reivindicava ali, há 30 anos. Referiu que as funções do poder local tinham sofrido alterações. As funções da Câmara estavam completamente diferentes e distintas. -----

Disse que as freguesias tinham sido apanhadas ali por arrastamento, estavam esvaziadas, não só de meios financeiros, mas também de competências. Referiu que tudo aquilo deveria ser reformulado. Disse que o PSD “queria comer tudo”, queria colocar tudo em causa, quando tinha feito aquela proposta de forma tão “cega”, na qual tinha cortado, de uma forma tão radical, sem ter em consideração muitos aspectos. Disse que existiam muitas freguesias, a nível urbano, que seria extremamente importante manter. Referiu que viria um ciclo muito importante de aspectos, nomeadamente de âmbito social, em que as freguesias teriam que intervir, visto serem elas as que estavam mais próximas das populações. Salientou que as freguesias eram fundamentais, eram organismos que tinham a sua importância e o seu peso. -----

Realçou que a extinção das freguesias devia existir, mas não de uma forma cega e arbitrária. -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que gostava muito de história e de seguida contou uma situação que se tinha passado no, governo havia alguns anos, no que respeitava às freguesias. Disse que o Salgado Zenha tinha dito, havia muitos anos, em Viseu, quando tinha concorrido contra o Mário Soares porque o país teria que ter, forçosamente, no governo, pessoas que não pertencessem às forças políticas e que iriam aparecer pessoas independentes, pessoas normais, pessoas que entendessem o mundo, porque o mundo não seria aquilo que os partidos políticos quisessem que fosse. -----

De seguida disse que o Senhor Jorge Sampaio tinha dito, havia pouco tempo, que os jovens



deveriam começar a fazer parte das Assembleias de Freguesia, as quais lutavam muito pelos interesses das populações, independentemente da classe política a que pertenciam. Salientou que o incomodava o facto de só falarem só 3 ou 4 pessoas naquela Assembleia Municipal. Disse que a Junta de Freguesia da Matriz tinha feito um acordo/protocolo com a câmara, o qual tinha ajudado a resolver alguns problemas do concelho. Realçou que a sua obrigação, como presidente de Junta, era lutar pelos interesses da população. Disse não estar ali só para “abandar” a cabeça, mas sim para lutar pelos interesses da sua terra. Afirmou que seria importante que as pessoas compreendessem até que ponto era necessário lutar pelas freguesias e que não deveriam existir opiniões fatalistas.

Realçou a importância do contributo, por parte da câmara, relativamente às Juntas de freguesia. Disse que ali não havia favores políticos, mas sim vontade de fazer “coisas” pela terra. -----

Afirmou que a ANAFRE não defendia os interesses das freguesias. -----

Realçou que nenhuma força política do país poderia ser defensora da miséria dos outros e aproveitar-se dessa miséria para dizer que os defendia. -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que estava de acordo com o deputado Augusto Guégués, quando aquele tinha dito que as coisas mudavam, que os tempos mudavam, e que o poder local também tinha que mudar. -----

Referiu que, quando o senhor presidente da assembleia tinha dito que aquela proposta já era uma proposta final, aquilo não era verdade. Aquela proposta era um documento político e que o PS tinha assinado um acordo porque tinha entendido que era necessária uma reforma, e o PSD tinha apresentado aquele documento e o CDS tinha concordado com ele. Referiu que, à partida, existia ali um ponto de convergência entre as 3 maiores forças políticas do país. Salientou que aquelas mudanças tinham que ser feitas, que as reformas serviam para aquilo. -----

Afirmou não achar aquele documento um documento final, pois existiam especificidades que teriam de ser tidas em conta. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que quando chegassem ao final veriam quais eram as diferenças. -----

Referiu que a opinião de algumas pessoas era como a bandeira da Misericórdia, mudava conforme



o vento. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos e disse que as Juntas de Freguesia eram os peões avançados de qualquer autarquia, tivessem elas 30, 20, 10 eleitores. E, muitas vezes, o que tinham de menos importante era o dinheiro, porque o importante era a estreita colaboração que se fazia entre a câmara municipal e aquelas freguesias. -----

Referiu que muitos municípios detestavam as juntas de freguesia, por razões muito diversas. Disse que aquele governo era completamente autista. Quando se dizia ali que aquilo era uma proposta e que vinha no seguimento de acordos feitos pelo partido socialista, o que tinha sido assinado eram coisas vagas, e ali, estavam perante coisas concretas. Disse que quando o ministro Miguel Relvas vinha à televisão dizer que estavam a fazer e a discutir os assuntos era uma pura mentira porque, ainda naquele dia, depois de as 308 câmaras se terem manifestado contra a lei de gestão orçamental, ela tinha sido aprovada. Salientou que aquilo era a prova provada de que eram completamente autistas. Disse que qualquer dia, as câmaras municipais, para tomarem uma decisão, teriam de se reunir semanalmente com a assembleia municipal, de acordo com a lei que tinha sido aprovada naquele dia. -----

Disse que, se tudo aquilo era para pouparem dinheiro, não entrasse ali em politiquices, tivessem juízo. Referiu que começava a ficar cansado e farto da conversa da "treta", de fachada democrática com posições de ditadura, para não chamar de fascista. Salientou que tinha tido a oportunidade de dizer, no discurso de encerramento da festa da vinha e do vinho, que o poder local estava cada vez mais em causa, acrescentando que também a democracia estava em causa. -----

----- **O deputado António Proença** disse que estava de acordo com o deputado Carlos Cabral e que também achava que deveria ser feita uma reforma administrativa. Referiu saber muito bem o que se estava a passar naquele momento, pois já tinha vivido "o antes do 25 de Abril, o depois e o agora". -----

Passou de seguida a ler um pequeno texto que tinha sido escrito por um francês" ***De todas as liberdades, a que se encontra mais exposta às invasões do poder é a liberdade das comunas (freguesias) e tão difícil de conquistar***". -----



Referiu ser do conhecimento de todos que o verdadeiro poder era o que começava efectivamente pelas freguesias. -----

Disse admitir que algumas freguesias, com número muito reduzido de munícipes, deveriam ser anexas a outras freguesias. -----

Realçou o cuidado a ter com o extinguir e o anexar das freguesias, pois é a partir das freguesias que o poder local se mantém. Todos os povos livres nunca deixaram acabar as suas freguesias. Terminou a sua intervenção pedindo cautela e "cuidado". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com **14 votos a favor, 3 votos contra e 2 abstenções**. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que era um dia importante para o nosso país, acrescentando que Portugal ainda não era um protectorado da TROIKA. Disse que existiam partes importantes das economias dos países que deviam pertencer ou ter uma influência da política do estado, dando como exemplo as águas, energias e algumas vias de transporte. Salientou ser um dia importante para Portugal, porque se tinha assistido à nacionalização da EDP. A maior companhia portuguesa tinha sido nacionalizada pelo estado chinês, situação que traria algumas consequências para o futuro, as quais haveria que ter em consideração. -----

Disse que num primeiro comentário se lhe oferecia dizer que parecia extremamente ridículo, ofensivo da inteligência dos portugueses e até apalermado, terem feito um discurso contra o estado em Portugal, nas empresas e depois venderem a maior empresa portuguesa a um estado estrangeiro, para dominar aquilo que todos os cenários internacionais apontavam, a partir de 2025, vir a ser a questão mais importante do mundo: a energia. -----

Disse que a nacionalização de uma empresa, por um estado estrangeiro, levava a um contra censo extraordinário. Quando as empresas eram do estado português eram ineficazes, mal geridas, levavam à corrupção, mas quando passavam para os estados estrangeiros eram eficazes, eficientes e serviam para tudo. Realçou não ter sido um qualquer estado estrangeiro a adquirir aquela



empresa. Tinha sido a República Popular da China onde um partido de poder tinha conseguido juntar as piores características de um capitalismo de estado com as do Estalinismo; onde os direitos humanos eram o que se sabia; onde, naquele momento, havia um grande movimento grevista e onde havia lutas das aldeias para manterem os seus territórios. Afirmou que a China tinha uma estratégia a longo prazo, acrescentando que enquanto os europeus pensavam a um prazo de um, dois anos, os chineses pensavam a prazos de 20, 30 anos. -----

Disse que a estratégia tinha começado pelo domínio das matérias-primas e que passava naquele momento pelo domínio das tecnologias energéticas. -----

Afirmou que depois de ter visto, em Portugal, toda a gente bate palmas e dizer que era um momento histórico, gostaria de dizer que, se as privatizações que estavam no memorando da Troika eram trocar os interesses do estado português pelos interesses de um estado estrangeiro, então Portugal, pátria com milhares de anos de história, tinha que ter cuidado e tinha que perceber que não era um protectorado de interesses estrangeiros. -----

Disse chamar àquilo privatização era uma piada, uma aberração, um gozo aos portugueses. Afirmou que o que se tinha passado tinha sido uma transnacionalização. Adiantou que se o mundo futuro fosse um mundo moldado pelo modelo chinês, ele não queria viver nesse mundo. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** disse que era com muito bom agrado que assistia à discussão daqueles temas, porque dali a uns anos talvez aquilo não pudesse acontecer. -----

Salientou a condenação que tinha havido em relação à ditadura comunista, praticada na China, e afirmou que naquele momento o país estava a ser comprado pelos chineses. Disse que quando o capital começa a ser comprado por uma ditadura comunista mal vai o mundo. -----

Realçou que não deveriam ficar imunes nem impávidos relativamente ao que se tinha conquistado depois de 50 anos de ditadura. Disse que estavam a brincar com a vida dos portugueses. Bastava olhar para Borba. -----

Referiu que o poder do dinheiro mandava na política que se praticava e que todas as pessoas saiam prejudicadas. Disse que poderiam não conseguir resolver nada ali, naquela assembleia, mas poderiam ter uma voz importante manifestando ali a sua indignação. -----



Afirmou que os eleitos do PSD nunca iriam estar de acordo com eles. Acrescentou que ainda bem que o partido da direita tinha pouco lugares em Borba, que na contagem dos votos das últimas legislativas tinha ficado “assustado” quando tinha feito a contagem dos votos do partido do CDS. A propaganda que era feita pelos meios de comunicação social era uma propaganda pouco correcta. Disse que o papel das juntas de freguesia era um papel social. Referiu que dali a uns anos, quem estivesse à frente da câmara, nem para os carenciados que lhe batessem à porta teria alguma coisa. Disse saber como as coisas funcionavam, pois trabalhava no meio do capitalismo desenfreado, onde se era capaz ou não, de executar as funções, onde as oportunidades não eram iguais para todos; onde o mundo não era igual para todos. Disse não ficar admirado se dali a uns tempos anexassem Borba a Estremoz ou Vila Viçosa. -----

Terminou a sua intervenção referindo estar na hora de o povo português fazer alguma coisa pelos interesses do seu país. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que quem tinha descoberto a China, havia sete anos, tinha sido ele, aquando da apresentação dos vinhos de Borba. -----

----- **O deputado Benjamin Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes e disse que tinha ficado contente depois de ter ouvido a intervenção do deputado Carlos Cabral. Afinal os chineses tinham adquirido 21% da EDP e iriam ter um papel tão importante. Então também os deputados do PSD, com assento naquela assembleia, que representavam cerca de 20%, também teriam um papel importante. -----

Disse ao deputado Carlos Cabral que um dos que tinha visto bater palmas, aquando da celebração daquele acordo, tinha sido o líder do partido socialista na Assembleia da República, o deputado Carlos Zorrinho. -----

Referiu que se estava em constante mudança, que o acordo da EDP seria um acordo benéfico para Portugal, independentemente de ter sido feito com chineses. -----

Desejou as boas vindas e maiores felicidades ao novo vereador (Eng.º Hugo Mendanha) e disse-lhe que do seu sucesso dependia o sucesso de todos os borbenses. -----



----- **O deputado Carlos Cabral** disse que o deputado Benjamim Espiguinha sabia, melhor do que ele, que uma estrutura accionista de uma empresa não era como os votos dos partidos. Disse que na estrutura accionista da EDP, o capital privado, exclusivamente privado, era 4,95%, o resto era de empresas estatais estrangeiras. -----
De seguida contou uma história, relativamente a um casamento de uma angolana com um chinês. -

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº14 da Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2011.

----- **O deputado Carlos Cabral** pediu 2 correções gerais à acta, nas suas intervenções. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que daquela vez iria votar favoravelmente a acta, mas chamou atenção para uma estrutura que se repetia do princípio ao fim da acta, exemplificando de seguida o que tinha referido. -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que apareciam algumas expressões um pouco desenquadradas do contexto, dando como exemplo, na página 15, no segundo parágrafo, a intervenção do senhor presidente. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que, por vezes, as palavras e as frases estavam nas gravações, embora não fizessem sentido, mas elas estavam lá. E que nem sempre era fácil fazer a sua transcrição, dando-lhe o sentido certo. -----

----- **O deputado Joaquim Trincadeiras** referiu que deveria existir bom senso e de seguida fez umas pequenas correcções na acta. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** Não havendo mais inscrições e feitas as correcções passou à votação da acta, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 4 abstenções. -----



PONTO TRÊS PONTO DOIS: *Apreciação do pedido de suspensão de mandato na Assembleia Municipal de Borba, da 2ª Secretária Ondina Maria Ganito Giga.*

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha sido entregue, pela 2ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal, um pedido de suspensão do mandato. Referiu que o mesmo iria ser distribuído por todos os deputados. -----

Disse que, conforme era indicado no regimento, teria de ser o plenário a decidir sobre aquele pedido de suspensão. Recordou que a suspensão estava prevista no artigo 21 do regimento da assembleia. De seguida leu o que dizia o artigo mencionado; “ **2 – O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido...., são motivos de suspensão: Doença comprovada; Exercício dos direitos de paternidade e maternidade; Afastamento temporário da área da Autarquia por período superior a 30 dias.**”. Referiu que o documento que estava em apreciação era respeitante à última situação. Disse que o nº4 do artº21 dizia que a suspensão não deveria ultrapassar os 365 dias, no decurso do mandato, sob pena de configurar renúncia ao mesmo. -----

Disse que a 2ª secretaria solicitava ao plenário a suspensão do seu mandato, e pediu que o mesmo se pronunciasse. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** desejou muita sorte à 2ª secretária e referiu que só lhe apetecia dizer que já estavam com saudades dela. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que se passava à apreciação do pedido de suspensão do mandato da 2ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Borba, deputada Ondina Maria Ganito Giga. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** perguntou como seria a substituição da deputada Ondina Giga, na assembleia da CIMAC, da qual ela fazia parte. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a deputada, depois do pedido de suspensão do mandato, iria comunicar à CIMAC a sua decisão e seria substituída pelo deputado suplente da lista, o deputado Rogério Manuel Pereira Pécurto. Acrescentou que, se por algum motivo, algum dos membros eleitos ficasse impedido de participar na assembleia da CIMAC, aí sim,



teriam que fazer nova eleição. -----
Informou que seria o 1º secretário a substituir a 2ª secretária no Conselho Municipal de Educação. --
Relativamente à forma de votação referiu que, nem o regimento nem a lei geral referiam ser taxativo ser por voto secreto. Sendo assim, seria feita uma votação normal. Acrescentou que o plenário se devia pronunciar sobre o pedido de suspensão. Informou que o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade. Realçou que a 2ª secretária, Ondina Maria Ganito Giga, não tinha participado na votação. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Documentos Previsionais

- a) Orçamento para o ano de 2012
- b) Grandes Opções do plano para o ano de 2012

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que tinha sido aprovada, naquele dia, a lei de gestão orçamental -----

Disse que as Grandes Opções do Plano, ali presentes, eram um documento elaborado numa base de grande austeridade. Eram um documento extremamente cauteloso, porque o ano 2012 iria ser um ano extremamente complexo. -----

Salientou que a marcação da assembleia para aquela data (30-12-2011) tinha tido a ver com a complexidade, na forma de elaboração, do orçamento, porque o governo central tinha andado a encanar a perna à rã. -----

Referiu que tinha colocado a hipótese de trazer ali um documento que tinha sido aprovado, por unanimidade, na câmara e respeitante àquela lei de gestão orçamental, mas que, como a dita lei tinha sido aprovada naquele dia, já não valia a pena. Acrescentou que a ANMP, a qual tinha andado durante muito tempo a pedir opinião, tinha feito orelhas mocas sobre aquele assunto. Referiu que, muitas vezes, se dava fachada democrática a determinado tipo de situações para, depois, a maioria tomar as decisões que entendia. Afirmou que ele nunca tinha sido assim, que não gostava daquele tipo de atitudes e que ficava solenemente irritado com aquele tipo de postura. O que se tinha discutido durante muito tempo nas câmaras, nas assembleias, nas comunidades intermunicipais e



a seguir a maioria tomava as decisões como bem queria e entendia. Disse que grande parte das decisões eram tomadas no momento; era quase aquilo que ele apelidava de gaitice (decisões tomadas de ânimo leve), sem ofensa para os jovens. -----

Disse que aquele orçamento era extremamente cauteloso, à semelhança do que tinha sido feito no ano anterior. Informou que as câmaras municipais tinham tido um corte de 5%, segundo o que se dizia, pois ele pensava que iria ser muito mais, porque o ano de 2012 iria ser muito mais complicado. Disse que o mundo em que se vivia era um mundo extremamente complicado em termos de verbas, de fundos públicos. Os municípios tinham sido altamente penalizados e continuavam a ser, por vezes com discursos perfeitamente hipócritas, portanto era muito difícil para eles fazerem orçamentos e PPI, sem saberem muito bem o que estava para vir. Voltou a afirmar que tinha sido com muita cautela que aquele orçamento tinha sido feito.-----

Referiu que o QREN estava com uma taxa de execução extremamente baixa e que até poderia acontecer que houvesse alguma possibilidade de lhes virem a pedir por favor que fossem executadas obras. Acrescentou que, com aquela nova lei de gestão orçamental, provavelmente aquela assembleia teria que reunir mensalmente se, efectivamente, a lei aprovada fosse aquela sobre a qual se tinham pronunciado. -----

Relativamente à Visão Estratégica para o concelho disse que continuavam com as mesmas ambições, embora com mais dificuldades a nível de concretização. -----

Referiu que o plano feito estava todo ele de acordo com as regras do POCAL. -----

Relativamente à Visão Central, ***“Borba, era um Concelho Competitivo, Coeso, Sustentável e Inovador: uma referência de desenvolvimento no Alentejo.,*** era aquilo que eles queriam e pensavam. Borba tinha muitas potencialidades que precisavam de ser exploradas, mas isso não dependia só da Câmara Municipal. Disse que tinham que ser as populações, as instituições, tinham que ser todos a empenharem-se em tornar o concelho uma referência de desenvolvimento do Alentejo -----

Disse que continuavam a defender as mesmas linhas estratégicas e que continuavam a apostar em várias áreas, sendo uma delas a Modernização. Borba era, naquele momento, a nível nacional e



relativamente à modernização administrativa, o que estava melhor posicionado no ranking dos 308 municípios. -----

Disse que tinham apostado muito na *Melhoria da Eficiência e Qualidade da Administração Municipal*, da qual o Balcão Único tinha sido a sua "Jóia da Coroa", e na *Recuperação e modernização do Edifício dos Paços do Concelho*, que tinham começado e queriam continuar. -----

Referiu a importância do trabalho executado e a sua continuação a nível do Projecto URB-AL III "Agglomerados Urbanos em Área Protegida", resultante da cooperação entre Portugal e o Brasil. -----

Realçou a importância da promoção do concelho no estrangeiro. Referiu as visitas, efectuadas pelos senhores embaixadores estrangeiros, as quais tinha resultado em negócios com as empresas que tinham sido visitadas e na oportunidade de darem a conhecer os produtos regionais nos seus países. Salientou o importante trabalho que se estava a desenvolver com a Rússia. -----

Realçou o excelente trabalho efectuado pela equipa de Sapadores Florestais, o qual tinha sido um exemplo a nível distrital. -----

Relativamente à **2ª Linha Estratégia de Desenvolvimento – "Afirmar uma Educação de Excelência"**, referiu o importante papel desempenhado a nível das AECs; a cooperação estreita que tinham tido com a escola e a assinatura, no dia anterior, do contrato entre a Câmara de Borba e a empresa que tinha ganhado o concurso para a construção do Centro Escolar de Borba. Afirmou que a área da Educação era uma área muito importante, mencionando os vários campos em que se tinham desenvolvido trabalhos: Transportes Escolares, Apoio Financeiro a Estudantes, Gestão e manutenção de cantinas escolares, Apoio à Família . -----

Relativamente à **3ª Linha " Promover a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Sustentável**, referiu o importante trabalho realizado a nível da **Rede de Equipamentos Culturais**. Programação Cultural em Rede - **Programa TEIAS**. Disse que estavam previstos muitos espectáculos no âmbito daquele programa. As modificações no Parque Desportivo Urbano de Borba; referiu que, naquele momento, não seria possível fazer mais modificações, no entanto estava confiante que, no futuro, talvez o fosse. Relativamente ao Centro de Saúde Borba e Extensões de Saúde de Orada e de Rio de Moinhos, salientou todo o esforço que tinha sido feito naqueles investimentos. -----



Relativamente aos Instrumentos de Planeamento informou que se estava mais com a “prata da casa”, só UOPZ-0, que estava já em fase final, estava a ser trabalhado com equipas externas. Relativamente aos Planos de Pormenor: Plano de Pormenor de Santa Bárbara, Plano de Pormenor da Área de Equipamentos de Apoio à Ecopista e Plano da Zona Industrial da Cruz de Cristo, todos eles estavam a ser trabalhados pelos Técnicos da Câmara. -----

Relativamente à **4ª Linha “ Desenvolver a Coesão e a Justiça Social”**, referiu o importante trabalho realizado no âmbito da Rede Social e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, os quais tinham permitido trazer para Borba alguns equipamentos geriátricos. Seguidamente enunciou mais programas desenvolvidos dentro daquela linha (projeto Reler, projeto PCHI, ...), cujos trabalhos não eram muito visíveis, mas nos quais se tinham empenhado muito. -----

Relativamente à **5ª Linha Estratégica “Potenciar o Turismo, a Competitividade, a Inovação e o Empreendedorismo,”** afirmou que iria respigar alguns projectos que tinham sido feitos, relacionados com iniciativas culturais (noites de verão, actividades relacionadas com a festa da vinha); o Projecto Provere, o qual, na sua opinião, tinha sido boicotado pelo INALENTEJO. -----

Referiu outros projectos tais como: *Criação Promoção de Imagem/Identidade Corporativa do Município; Obra do Mercado Municipal (previsão/ conclusão da obra no ano de 2012)*. -Disse que muitas das obras que estavam previstas em PPI, para 2013 e 2014, caso houvesse verbas e possibilidades de se avançar com elas, não teriam problema em fazer revisões ao orçamento e ao PPI, no sentido de as “puxar” para o ano de 2012 e para o ano de 2013. -----

Realçou que era optimista e que gostava de arriscar, que estava lá para o que desse e viesse, com a certeza de que os interesses dos concelho seriam sempre defendidos por aquela equipa (incluindo todo o órgão executivo). -----

Relativamente orçamento disse que tinham 6.747.350,00€ (seis milhões setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinquenta euros) de despesas correntes e de capital 11.813.925,10€ (onze milhões oitocentos e treze mil, novecentos e vinte e cinco euros e dez cêntimos). Referiu que o orçamento estava equilibrado, realçando que era um orçamento muito cauteloso, de responsabilidade, coerente com a linha que vinha sendo desenvolvida ao longo dos 2 últimos anos.



Salientou que gostaria de terminar a sua actividade autárquica em 2013 deixando as contas em ordem. Terminou afirmando que *“não estavam lá para não fazer coisas”*, continuavam com o mesmo optimismo e empenho e, sempre que possível, executariam obra para bem de Borba, das suas populações, para bem do Alentejo. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que os documentos se encontravam à discussão. - -----

----- **O deputado Edgar Liliu** agradeceu ao senhor presidente a explicação dada sobre o orçamento. Disse que lhe tinha feito uma certa confusão não estar nada contemplado nas rubricas para Rio de Moinhos para o ano de 2012, embora compreendesse as dificuldades que a câmara atravessava. Referiu que concordava com o senhor presidente quando aquele se tinha referido às freguesias e tinha dito que o dinheiro, por vezes, era o menos importante, mas sim a colaboração entre a câmara e as freguesias. Realçou que era naquela expectativa que a freguesia de Rio de Moinhos se encontrava. -----

----- **O deputado José Dias** desejou boa noite a todos e disse ao senhor presidente que gostaria de ter visto no orçamento o levantamento da suspensão da feira das ervas alimentares na Orada, no entanto compreendia a falta de possibilidades da câmara. -----

----- **O deputado António Anselmo** disse que as pessoas quando agiam mal e reconheciam tinham uma maioria ou uma minoria para os aceitar. Explicou, exemplificando, o que vinha no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, “ Proposta de 5ª Revisão do Orçamento da Despesa, 4ª Revisão ao Orçamento da Receita. Disse que aquilo é que era ter “tacto” na cabeça. Tinham reconhecido que alguma coisa não estava bem e tinham corrigido. Referiu que um orçamento era feito em função de uma receita e depois em função dessa receita era dividida pela despesa. Quem fazia um orçamento, fazia-o com intenção de o concretizar. -----

Referiu que o importante era saber que os eleitos dos municípios tinham o conhecimento de que as coisas tinham de ser mudadas. -----

Disse que o pavilhão de eventos só poderia ter uma maior dinamização se houvesse um parque em



toda aquela zona. Afirmou que, se houvesse diálogo aberto entre as pessoas, os assuntos seriam mais fáceis de resolver. -----

----- **O deputado Sergio Gazimba** disse que eles sabiam que as maiorias eram as maiorias: mesmo que o orçamento não fosse o correcto iria ser aprovado. -----

Disse que o senhor presidente, com aquele orçamento, não iria fazer nada. Referiu que aquele orçamento era obsoleto e, com a entrada da nova lei, teria que ser rectificado, porque todos os orçamentos ali feitos eram inflacionados em 50% e com a nova lei aquilo não seria possível. Disse que o orçamento tinha sido inflacionado em 50% para que aquela casa pudesse continuar a funcionar. -----

Perguntou ao senhor presidente se, com aquele orçamento, a autarquia teria dinheiro para pagar a todos os funcionários até ao final do ano. Como é que estava a prever reduzir compromissos, com aquele orçamento. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** (interrompendo) ... disse que não tinha percebido a última questão. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** (continuando) ... disse como é que pretendia reduzir o deficit/dívida da câmara. Realçou que a dívida da câmara iria ter que ser reduzida, teria que se ter dinheiro para pagar aos fornecedores e aos funcionários e teria que se financiar. Disse que tinham sido lançados novos dados para cima da mesa por aquele governo fascista, os quais iriam modificar as coisas. -----

Salientou que a base da câmara teria de ser a de funcionar com as ideias, já que o dinheiro era pouco. -----

Disse que não era obrigação da câmara fazer acção social, mas tinha que defender aqueles que os tinham elegido, teriam de ter atenção à ajuda social de que o concelho poderia vir a necessitar. -----

Terminou a sua intervenção referindo que não queria ser profeta da desgraça, e que fazia votos de que, no ano seguinte, estivessem ali a dizer que ele se tinha enganado. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que a características daquele orçamento diferiam pouco das dos outros orçamentos já ali analisados. Repetia erros de orçamentos passados.



Salientou a sua preocupação como os valores apresentados. Perguntou onde estava a cautela, num ano de contenção, quando o senhor presidente tinha apresentado um orçamento com uma receita, cobrada até ao dia 21 de Dezembro, no valor de 7.750.000,00€ (sete milhões e setecentos e cinquenta mil euros) e apresentava um orçamento que previa uma receita, num ano de contenção, de 18.561.000,00€ (dezoito milhões quinhentos e sessenta e um mil euros). Disse que existia ali alguma coisa que não “batia” certo. Disse que o que o senhor presidente tinha dito depois não tinha suporte nos elementos que lhes eram fornecidos para analisarem. -----

Disse que lamentava, mais uma vez, mas que os eleitos do PSD mantinham a opinião que aquele orçamento não iria funcionar como um instrumento de gestão, o que, no entender deles, era uma pena. O que aquele orçamento iria originar seriam sucessivas revisões orçamentais. -----

Afirmou que gostaria de estar, dali a uns tempos, naquele memo sítio a dizer que estava enganado no que tinha acabado de referir e que a câmara afinal tinha tido uma boa execução. -----

Disse que não estava de acordo com o deputado António Anselmo em duas afirmações que ele tinha feito. Uma quando aquele tinha dito que o orçamento era feito para ser cumprido; com os com os números ali apresentados, tal não seria possível. E outra quando ele tinha dito que as sucessivas revisões revelavam “tacto na cabeça”; mas “tacto na cabeça” teria sido revelado se aquele orçamento fosse real, mais adequado à situação que se vivia. -----

----- **O deputado Augusto Guégués** disse que os orçamentos daquela câmara se tinham vindo a ajustar mais à realidade. Referiu que o próximo iria obrigar a câmara a ter um orçamento e um plano de actividades mais ajustado aquela mesma realidade. Salientou que tudo aquilo tinha vindo a introduzir algumas mudanças nas mentalidades. -----

Fez referência à descentralização de competências do Poder Central para o Poder Local, as quais tinham ficado muito aquém do necessário. Exemplificou outros países da Europa onde a situação era diferente. -----

Disse pensar que todos cometiam erros, que todos eram responsáveis pelas condições que se tinham criado, que as autarquias locais tinham sido arrastadas por aquele panorama. -----



Disse que aquela crise estava a ser criado pelos grandes especuladores financeiros. -----
Salientou que o momento era difícil, mas teriam que ser tomadas medidas para diminuir a dívida.
As câmaras já não podiam dar garantias aos trabalhadores e a situação era muito complexa a nível nacional, para todos os funcionários; o valor da dívida era muito grande. -----
Disse que se estava a enveredar pela internacionalização do capitalismo e exemplificou com uma afirmação de um norte-americano em que dizia “que a terra se estava a tornar plana”. As economias estavam demasiado entrelaçadas, já não sabia o que seria melhor. -----
Disse que era necessário descer um pouco à terra e fazerem face à situação difícil e complexa em que todos se encontravam. -----
----- O presidente da Câmara Municipal disse que se congratulava com as intervenções dos senhores presidentes das Juntas, pois com a colaboração muita coisa se fazia. Voltou a repetir que, muitas vezes, o dinheiro era o menos importante. Disse ao senhor presidente da Junta da Orada que nunca se tinha esquecido do programa eleitoral, o qual se encontrava em cima da sua secretária e, pelo menos uma vez por mês, era relido. -----
Disse ao deputado Sérgio que, muitas vezes, as votações eram feitas mais por razões mais políticas do que por outras razões. Referiu que, se estivessem em posição contrária, quem estaria ali a defender aquele orçamento seriam eles e ele estaria lá do outro lado a dizer o mesmo que eles tinham dito. Disse para se deixarem de truques políticos, porque as coisas eram o que eram. -----
Referiu que a forma que tinham tido para equilibrar a dívida que tinha sido acumulada a fornecedores, a qual naquele momento já não existia, tinha sido através das outras despesas e receitas correntes e que, tal situação, tinha sido assumida por eles, desde o primeiro dia. -----
Disse que a Câmara de Borba tinha pago todas as facturas do mês de Novembro. Disse que lhe indicassem um fornecedor da Câmara a quem não tivesse sido pago a respectiva factura. Acrescentou que se lhe dissessem que tinham dívidas antigas de factoring, isso era verdade. -----
Salientou que existiam fornecedores que não iam receber, porque diziam que era pouco o valor. Deixavam acumular, para depois receberem tudo de uma só vez. -----



A propósito da dívida, disse que aquela era para gerir; que já o tinha dito havia 10 anos, aquando da sua tomada de posse e que continuava a afirmá-lo. -----

Relativamente ao papel social referiu que eles “ não faziam floreios políticos” e explicou a expressão utilizada. Salientou que estavam atentos ao que se passava no concelho de Borba. Acrescentou que um governo que facilitava os despedimentos não poderia ter, naquele momento, a cobertura das câmaras municipais ao nível do apoio social. Seria da responsabilidade dos organismos desse governo o papel a desenvolver no apoio social às pessoas necessitadas. No entanto, não estava a dizer que a autarquia não iria ajudar, caso fosse necessário. -----

Referiu que a câmara de Borba sempre tinha pago aos funcionários “tudo, a tempos e horas”. ----- Disse ao deputado Benjamim que as revisões eram mecanismos aos quais eles poderiam recorrer sempre, acrescentando que, talvez lá para meados do ano seguinte, pudesse haver algumas surpresas. Realçou o seu optimismo e disse que talvez o ano de 2012 trouxesse algumas agradáveis surpresas.-----

Afirmou que a câmara de Borba não tinha facturas na gaveta. Exista um Revisor oficial de contas que certificava as contas. As ali apresentadas eram reais, era o que se passava na realidade. -----

Disse que, na sua opinião, o governo que andava a cortar em tudo, lá para meados do ano seguinte iria “implorar” às câmaras que gastassem o dinheiro dos fundos comunitários, para que o mesmo não fosse devolvido a Bruxelas, porque não haveria taxa de execução. -----

Salientou que estaria sempre ali para denunciar situações que ele achasse obscuras, tanto do governo vigente, como de qualquer outro. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou à votação os documentos do ponto 3.3 da ordem de trabalhos, Documentos Previsionais (Orçamento para o ano de 2012 e Grandes Opções do plano para o ano de 2012). Informou que a votação será feita em conjunto dos 2 documentos, caso o plenário não se opusesse. Os mesmos aprovados por maioria, com **12 votos a favor** (dos eleitos do PS) e **5 votos contra** (3 dos eleitos do PSD e 2 dos eleitos da CDU). -----

Estavam ausentes da sala no momento da votação dois deputados municipais. -----



Os eleitos da CDU apresentaram declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como documento nº4). -----

O deputado Carlos Cabral apresentou uma declaração de voto " *as revisões orçamentais são também um instrumento de gestão. Não é só o orçamento que é um instrumento de gestão, as suas sucessivas revisões são um orçamento de gestão e de adaptação aos contextos que vão mudando. O orçamento no actual ano que vivemos tem de ser dinâmico e em profunda mudança fase aos contextos que vivemos.* -----

Logo dizer que não há orçamento de gestão e que as revisões vêm aí. As revisões são um orçamento de gestão, absolutamente aceitáveis e justificáveis, no contexto em que vivemos". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que ia passar por todos os deputados o termo de aprovação dos documentos previsionais para que fosse assinado por todos os deputados que tinham participado na votação dos mesmos. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Aprovação de Mapa de Pessoal para o ano de 2012.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que o mapa de pessoal era basicamente o mesmo. A única coisa que tinham colocado tinha sido a prorrogação do contrato das pessoas que iam terminar o contrato dos 3 anos, para mais dezoito meses. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS) e **6 abstenções** (3 dos eleitos do PSD e 3 dos eleitos da CDU). -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de 5ª Revisão do Orçamento da Despesa, e 4ª Revisão ao Orçamento da Receita.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele era um instrumento que lhes assistia, legal e o seu valor era de 350.000.00 €-----



----- **O deputado Nelson Gato** disse que os eleitos do PSD estavam desejosos de votar um dia a favor duma daquelas revisões orçamentais. Mas teria de ser uma revisão orçamental para subir o orçamento, porque um orçamento que fosse feito de uma forma realista, de valores aproximados, depois chegava-se ao meio do ano e verificava-se que tinham que rever o orçamento porque as receitas eram maiores que as previstas. -----

----- **O deputado Augusto Guégués** disse que aqueles orçamentos traziam logo à partida a primeira revisão orçamental, que era apresentada no final do ano, que era precisamente a correcção do orçamento. -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que as revisões orçamentais baseadas no objetivo de cumprir uma melhor execução orçamental iam um pouco contra o que já tinha sido ali apelidado de revisões orçamentais como instrumento de gestão. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que as revisões orçamentais eram um instrumento de gestão para adaptar o orçamento à realidade. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **13 votos a favor** (eleitos do PS) e **6 votos contra** (3 dos eleitos do PSD e 3 dos eleitos da CDU). -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldade de Tesouraria no ano de 2012.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele era o pedido de empréstimo que vinha ali anualmente e que tinham a intenção de não o utilizarem na totalidade, situação que já tinha acontecido no ano anterior. Tencionavam pedir o menos possível. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições passou se à votação do documento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **16 votos a favor** (13 eleitos do PS e 3 dos eleitos do PSD) e **3 abstenções** (eleitos da CDU). -----



PONTO TRÊS PONTO SETE: Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que, com aplicação daquela taxa, iam buscar algum dinheiro às empresas, embora não muito significativo. De qualquer maneira, elas depois, iam taxar os contribuintes que utilizavam aqueles meios -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **16 votos a favor** (13 eleitos do PS, 3 dos eleitos do PSD) e **3 votos contra** (eleitos da CDU). -----

PONTO TRÊS PONTO OITO: Remessa de Projecto de Regulamento de Atribuição de subsídios e apoios às Associações/Colectividades sem fins lucrativos do Município de Borba.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** pediu aos senhores deputados Joaquim Trincheiras, Benjamim Espiguinha, Rogério Pécurto e António Anselmo, para se retirarem por estarem inibidos de participar na discussão e na votação do documento, por pertencerem a associações e instituições abrangidas naquele Projecto de Regulamento. -----

De seguida cedeu a palavra ao senhor Vereador Humberto Ratado, porque o senhor Presidente da Câmara também estava ausente da sala, por se encontrar também impedido de participar na discussão. -----

----- **O vereador Humberto Ratado** desejou boa noite a todos os presentes e informou que aquele projecto tinha seguido todos os trâmites legais antes de ser ali apresentado. Na câmara, com a colaboração do senhor vereador Joaquim Serra, tinham sido introduzidas algumas alterações. -----

O documento que estava ali apresentado para aprovação servia para que, no ano de 2012, as associações tivessem a possibilidade de se candidatarem a apoios por parte da câmara. Salientou que tal estaria sempre dependente do que estivesse inscrito em orçamento para aquele ano. -----



----- **A deputada Filipa Almeida** disse que não estavam contra a existência do regulamento, acrescentando que seria uma forma mais organizada de atribuir subsídios e apoios, mas também os preocupava a excessiva burocracia daqueles processos. -----

Afirmou não saber se aquele regulamento não seria mais um entrave às candidaturas dos movimentos associativos e se o mesmo não iria criar mais problemas às associações e às colectividades. Explicou que, se para a câmara era relativamente fácil a apreciação das candidaturas, para quem as tinha que fazer poderia não ser um processo tão simples assim. -----
Referiu que talvez o trabalho e os apoios das associações fossem reduzidos com aquele regulamento, devido às cláusulas que ele continha. -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que partilhava da preocupação da deputada Filipa Almeida devido ao facto de ser um processo burocrático. No entanto, era importante que ficasse clara a forma como eram atribuídos os subsídios, para que ninguém se sentisse lesado naquela situação. --
Referiu ser positivo a existência do Regulamento. -----

----- **O vereador Humberto Ratado** esclareceu a situação da burocracia acrescentando que aquele regulamento tinha sido elaborado com base em outros regulamentos utilizados noutras câmaras. Disse que o município iria ter uma reunião com todas as associações no sentido de lhes explicar e apoiar na sua candidatura. -----

Salientou que estava uma verba disponível no orçamento para aquela situação. Disse que aquele regulamento era um instrumento que lhes permitia todos os anos fazer um ajustamento à realidade das necessidades das associações, em sintonia com as suas actividades. -----

Referiu que aquele regulamento tinha sido feito por recomendação de uma inspecção. Realçou que estariam ali para ajudar as associações/colectividades na elaboração dos documentos/candidaturas. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos presentes. -----



PONTO TRÊS PONTO NOVE: *Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.*

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que, em termos de relatório financeiro, a execução orçamental da receita no período decorrente entre 01/01/2011 e 21/12/2011, andava na ordem dos 54,5%, o que provava que tinham trabalhado bem. Comparando com o orçamento previsto estavam na ordem dos 56,82%. No que se referia à execução orçamental da receita, esta situava-se na ordem dos 49,4%. Comparando aquele período com o inicialmente orçamentado, estavam na ordem dos 51,57%. Disse que na página 10 do documento entregue a todos os deputados estava espelhada, com toda a clareza, a dívida a fornecedores, os empréstimos. Relativamente aos limites disse que todos eles tinham margem, explicitando-os de seguida. -----
Informou que o empréstimo de curto prazo tinha sido liquidado em Novembro. Não tinham necessidade de andar a pedir ao tribunal de contas para pagarem no ano seguinte, o que no seu entender até seria ilegal. -----
Relativamente ao relatório de actividades do Município, no período entre 15/09/2011 e 16/012/2011, disse que tinha participado no 2º Seminário do URBAL na Argentina; numa reunião da Comissão Liquidatária da AMDE, para ver se se extinguia definitivamente a AMDE; numa reunião com a empresa Águas do Centro Alentejo e representantes dos queijeiros de Santiago Rio de Moinhos, sobre a questão da ETAR. Informou que os senhores queijeiros tinham ficado de se definirem até dia 9 de Dezembro de 2011, mas não o tinham feito. De seguida referiu uma situação desagradável que se tinha passado na sequência de uma reunião que tinham tido ali na câmara. -----
Seguidamente informou que a ETAR de Rio de Moinhos ia ser feita exclusivamente para a população. -----
Relativamente aos Planos Municipais de Ordenamento do Território disse que a alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo estava praticamente concluído; relativamente ao Plano de Pormenor da UOPG-0 disse que iriam ter uma reunião com a REFER, dia 5 de Janeiro de 2012, por causa de umas divergências que existiam; o Plano de Pormenor da Área de Apoio à



Ecopista estava em elaboração e a 1ª fase do Plano de Pormenor de Santa Barbara estava concluída. -----

----- **O vereador Humberto Ratado** realçou o programa de apoio prestado a idosos (PICHII). Solicitou aos presentes que, se soubessem de alguma situação pontual que estivesse enquadrada naquele projecto, que a encaminhassem para que fosse solucionada. Disse que o programa tinha contornos que, naquela instância, não tinham meio para os alterar. Informou ser um programa a nível nacional. Que um dos requisitos daquele programa era que os beneficiários tivessem apoio domiciliário, serviço de centro de dia. Salientou que os idosos tinham que ser proprietários do imóvel onde habitavam. -----

De seguida referiu as candidaturas que já tinham sido recebidas. -----

Salientou que o Município só seria ressarcido se tivesse no mínimo 5 candidaturas. -----

Segundo a informação transmitida pela técnica da segurança social todos os outros municípios do distrito de Évora estavam a sentir as mesmas dificuldades. As pessoas que na realidade sentiam mais dificuldades, eram aquelas a quem mais dificilmente o programa conseguia chegar, devido à forma como estava estruturado. -----

----- **O vereador Hugo Mendanha** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida saudou a toda a assembleia, visto ser a primeira vez que se encontrava ali. Disse que todas as actividades desenvolvidas por ele estavam mencionadas no documento entregue a todos os membros, no entanto estava disponível para esclarece qualquer dúvida que pudesse surgir. -----

----- **O deputado Edgar Liliu** desejou as boas vindas ao senhor vereador Hugo Mendanha e disse que esperava que ele continuasse com o mesmo empenho com que tinha iniciado. -----

Felicitou a câmara pela conclusão da estrada da Boavista e pela Limpeza da Ribeira de Santiago, a qual estava em execução. Deu os parabéns ao grupo de Sapadores pelo excelente trabalho que estavam a desenvolver. -----

Referiu que muito havia ainda para fazer na freguesia de Rio de Moinhos, enunciado a construção da ETAR e o arranjo de uma habitação da Câmara que estava a ruir. -----



----- **O deputado José Dias** agradeceu ao senhor presidente e aos senhores vereadores o apoio que lhes tinha sido prestado durante o ano de 2011, o qual o tinha ajudado a resolver pequenos assuntos que eram muito importantes. Deu como exemplo o arranjo de estradas e dos caminhos rurais. -----

Em nome de todos os oradenses desejou a todos os presentes um Bom Ano de 2012. -----

----- **O deputado António Anselmo** referiu não saber como teria sido feita avaliação do dinheiro que era pago pelos espectáculos do programa "TEIAS", porque ele tinha ido ver praticamente todos os espectáculos e o público a assistir era de 6,7,8 pessoas. Contudo tinham vindo cá espectáculos muito bons. Era uma pena as pessoas não terem ido assistir. -----

Disse que era importante a entrada do "sangue novo" referindo-se à entrada do vereador Hugo Mendanha. Referiu que já tinham trabalhado juntos, no que respeitava a resolver situações da freguesia e que tudo tinha corrido bem. Realçou que o "sangue novo" era muito importante para as pessoas que tinham sensibilidade pelas terras. Afirmou que quem ia para a política devia ir para servir e era o que o vereador Hugo Mendanha estava a fazer. -----

Desejou a todos os presentes um ano de 2012 com saúde. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que a sua intervenção tinha a ver com um pedido de esclarecimento sobre o relatório financeiro, no que dizia respeito às dívidas a fornecedores, que o valor que lhe dava a ele era diferente daquele que tinha sido apresentado pelo senhor presidente. ----

Um outro esclarecimento tinha a ver com o célebre prazo médio de pagamento. Salientou que o senhor presidente, na última assembleia, tinha falado em menos de trinta dias. Curiosamente, no final daquela assembleia tinham recebido o relatório da Revisão semestral onde a revisora tinha referido um prazo, em Junho de 2011, de mil e dezassete dias. De seguida referiu o ranking da direcção geral das autarquias locais, no qual Borba também não tinha um lugar bem posicionado (733 dias). -----

Solicitou um esclarecimento para saber quem é que tinha razão em relação aquele assunto. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** agradeceu as palavras de incentivo que tinham sido dirigidas à equipa. -----



Relativamente à Estrada da Boavista informou que tinha sido uma promessa que tinha sido feita aos moradores, há muito anos, e que finalmente estava resolvida. Em relação à Ribeira iriam tentar mantê-la limpa. Referiu pensar que em torno da Ribeira se poderiam vir a fazer coisas interessantes, em Rio de Moinhos. Referiu terem intenção de recuperar as levadas no sítio onde estivessem estradas, junto do perímetro urbano. Quanto à habitação da câmara iam ver o que conseguiriam fazer, porque se encontravam com algumas dificuldades ao nível de pedreiros.

Relativamente ao programa TEIAS disse que já internamente tinha sido discutido aquele assunto, as pessoas estavam pouco atentas ao que se passava. Referiu que aquele programa era para continuar. Realçou que era obrigatório que todas as actividades fossem feitas no cineteatro.

Disse ao deputado Benjamim que estavam a pagar aos fornecedores a 30 dias, salvo uma ou duas excepções, que eram as Águas do Centro Alentejo, a quem tinham pago a factura respeitante a Fevereiro. Disse que existia uma divergência entre a câmara e a ARH, por causa da cobrança de 25.000,00€ (vinte cinco mil euros), pelo facto de não existir ETAR em Rio de Moinhos.

Disse que existia uma ou duas quotas da AMDE e uma da TTERRA, das quais já tinha sido paga a primeira, e estavam à espera que os fundos comunitários lhe fornecessem o dinheiro para efectuarem o outro pagamento; e havia uma da REPSOL. Salientou que era o que havia para pagar nas ditas excepções.

Realçou que, quando se referia aos fornecedores, referia-se aos fornecedores habituais, diários.

----- **O chefe de Divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida referiu que o que estava sempre em dúvida, era a dívida a fornecedores e o que se devia à banca. Salientou que quando tinham contratos de factoring, deviam à banca e não aos fornecedores. Seguidamente passou a explicar. No quadro que tinham ali, tinham fornecedores conta corrente 700.000,00€ (setecentos mil euros), Fornecedores de C/C – Faturas em conferência 130.000,00€ (cento e trinta mil euros), a seguir tinham os fornecedores de Imobilizado C/C, 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) e os Fornecedores de Imobilizado em Contrato de Factoring, 4.236.000,00€ (quatro milhões, duzentos e trinta e seis mil euros).

Disse que, se incluíssem apenas as 3 linhas, tinham 1.250.000,00€ (um milhão e duzentos e



cinquenta mil euros). Disse que estavam em dívida, às Águas dos Centros Alentejo, 550.000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros); ARH havia 2 facturas em dívida, as quais eram devido a um divergência, da qual o senhor presidente já tinha falado e que representavam 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros); Associação de Municípios do distrito de Évora (AMDE) no montante de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros); ANM 2 quotas de 10.000,00€ (dez mil euros), EDC mármore, aumento de capital 10.000,00€ (dez mil euros); PROENGEL, empresa que tinha feito os dois projectos das duas escolas, Requalificação da EB23 e a do Centro Escolar, mais ou menos 300.000,00€ (trezentos mil euros) .Disse que, arredondado tudo aquilo, já tinham 1.000.000,00€ (um milhão de euros). Prosseguindo disse que tinham em dívida, em facturação respeitante ao mês de Dezembro, 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros). Se àqueles 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) acrescentassem dois ou três casos pontuais, já frisando pelo senhor presidente, perfazia os 100.000,00€.

Disse que, excepto os casos referidos, não tinham dívidas a fornecedores. Tinham tudo pago até ao mês de Novembro.

Realçou que tudo aquilo tinha sido uma conquista. Há um ano atrás a situação não era, em nada, próxima do que estava ali, era bastante, mas bastante mais difícil. Disse que quando iniciassem o ano tinham verba suficiente para aguentar o impacto do mês de Janeiro. Disse existir um esforço muito considerável, por parte da câmara, naquele aspecto. Frisou que não era político. Referiu reconhecer o trabalho louvável do executivo naquele aspecto.

Disse que, desde que estava na Secção Financeira, tinha sido o único ano em que tinham conseguido pagar tudo até ao final do ano, às associações e colectividades e aos fornecedores. Tinha acontecido a mesma coisa até finais do mês de Novembro. O empréstimo de curto prazo tinha sido pago até final de Novembro. Tinham conseguido cumprir as transferências acordadas com as Juntas de Freguesia.

Disse que a situação financeira da câmara estava um pouco melhor. Pelo menos tinham conseguido cumprir.



Disse que, no indicador da DGAL, o prazo médio de pagamento entrava em conta com a dívida em factoring e com a dívida a fornecedores e não só, entrava também o acréscimo em património. A maioria das coisas que o município tinha feito até ali era, nomeadamente, despesa corrente. -----
Referiu que o acréscimo no património não ajudava no prazo médio dos pagamentos. Salientou que se tivessem em linha de conta o prazo médio de pagamento, na dívida que o município tinha naquele momento, tinha um prazo médio, naquele indicador, inferior a 750 dias. -----
Terminou a sua intervenção dizendo que existia cuidado e vontade para chegarem a ser os primeiros na redução da dívida. -----

----- **O deputado Benjamin Espiguinha** disse que tinha solicitado o esclarecimento porque as Águas do Centro Alentejo também eram fornecedores da Câmara. Disse ao senhor presidente que, de futuro, tinha que ser mais explícito, tecnicamente, quando falasse da dívida a fornecedores. -----
Agradeceu o esclarecimento dado pelo Chefe de Divisão, Dr. António Passinhas. -----
Referiu que o Relatório da Revisora Oficial de Contas, que tinham ali, se aproximava mais dos setecentos e tal dias da DGAL do que dos trinta dias do senhor presidente. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que havia câmaras, que faziam parte do grupo das Águas do Centro Alentejo, que deviam milhões àquelas e que tinham naquele momento injunções em cima. Disse que eles não tinham querido ter aquela postura e tinham estado a reduzir a dívida, tinham pago a factura de Fevereiro. Referiu que outras câmaras tinham deixado de pagar e tinham acumulado dívida para irem amortizando nos factorings. Afirmou que eles não tinham querido adoptar aquela postura. Tinham tentado fazer uma gestão rigorosa, tinham feito acordos e estavam a cumpri-los. -----
Referiu que, quando a DGAL mudasse a fórmula, decerto a câmara de Borba irá ficar muito bem posicionada. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** desejou a todos os presentes e respectivos familiares, em seu nome e em nome da mesa da assembleia, um ano de 2012 menos mau do que o que se apregoava. -----



----- **O deputado Benjamim Espiguiha** desejou a todos, em nome da bancada do PSD, um bom ano de 2012 com muita saúde. -----

Disse que partilhava da veia optimista do senhor presidente e que, apesar da crise, esperava que se estivesse a caminhar no rumo certo. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou a todos um ano de 2012 com saúde e paciência. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, as sete minutas da ordem de trabalhos. -----

As presentes minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Jerónimo João Pereira Cavaco

O Primeiro Secretário

Francisco José Ramalho Mendes

O Segundo Secretário

Ondina Maria Ganito Giga